



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Data: 30/04/2020 Local: Teleconferência

Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa

Presidente - Comercial

Eliamar José

Conselheira Titular - Rural

Erivaldo Marques

Conselheiro Titular – Residencial

Denise Simões

Secretário Executiva – Titular

Sebastião Dussel

Conselheiro – Industrial

Dian Brito

Secretário Executiva – Suplente

ENERGISA / CONVIDADOS

Fernanda Mathias

Jornalista

Ricardo Vidinich

Copel – consultor Concen

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 14h13 do dia 17 de fevereiro de 2020, no Espaço Energia, localizado na Av. Afonso Pena, nº 3901,
2 Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS, foi iniciada a 1ª Reunião Ordinária de 2020. A Sra.
3 Rosimeire Cecilia da Costa, Presidente do Conselho, ressalta que o Sr. Dídimo avisou que não
4 participaria por agenda na Secretaria, mas como há quórum dá por aberta a reunião. Ressalta que,
5 agora, as pautas da Aneel todas têm importância para contribuições do Concen, devido às tomadas de
6 decisões frente ao Coronavírus.1 - Aprovação da ata da reunião anterior; É submetida aprovação da ata
7 da segunda reunião ordinária, com devida correção do Sr. Dussel, explica que na próxima reunião será
8 submetida à aprovação a ata da 1ª Reunião Extraordinária, que acaba de ser revisada e será enviada a
9 todos, onde consta o que ficou pactuado em relação às argumentações do Concen na RTA 2020.
10 Rosimeire diz que conversou com o consultor Ricardo Vidinich para participar da reunião desta
11 quinta-feira, uma vez que na segunda-feira, 20, foi protocolado o recurso do Conselho junto da Aneel.
12 Que na sexta-feira última, decisão do Dr. André Pepitone não querendo ou querendo tratar todos de
13 forma isonômica, suspendeu novamente os prazos até maio. Ressalta que, também, foi consultada pela
14 Dra. Mariza, Defensoria de Dourados, que tinha razões para interpor recurso. “Após interpormos,
15 socializamos na página do Concen e atendemos a mídia e temos falado que não é uma questão afeta à
16 distribuidora, que pediu diferimento e que o recurso é afeto à aderência da tarifa, não concordamos
17 com os 6,9% porque comprovamos tecnicamente e, inclusive, salvamos as palavras do Dr. Sandoval,
18 que concordou com os argumentos. O Dr. Efrain nos elogiou pela qualidade, mas não se debruçaram
19 sobre o assunto. Cumprindo o que acertamos na reunião, de tentar uma agenda com o Dr. Sandoval,
20 fizemos as gestões, pagamos a conta, mas somos atropelados por grandes associações. Porém, temos
21 instrumentos que nos balizam dentro da Aneel”, disse a presidente, ressaltando que o Concen foi
22 procurado pelo advogado do deputado Coronel David, comentando que haviam protocolado Ação
23 Popular em desfavor da Aneel e Energisa, tratando da suspensão do reajuste, entendendo que não
24 deveria haver o reajuste, no que o Concen explicou que essa é uma normalidade prevista, que a
25 concessionária não faz nada além de apresentar dados e, infelizmente, culminou com concessão de
26 limitar para suspender o reajuste tarifário de MS. Na decisão, costa a concessionária explicando que é
27 ação regulamentar, Aneel dizendo que ação popular não é o meio correto, porém, o juiz proferiu
28 decisão viu periculum in mora, considerando a pandemia, citando lei das concessões. “Informamos o
29 MP e espera-se que a Aneel recorra porque há um instrumento regulatório e que se espera uma solução
30 melhor. Expliquei que nossa questão é que o risco hidrológico, que está acima do que deveria ter sido
31 previsto”. Dessa forma, o órgão assume o compromisso de mandar a todos a decisão sobre a
32 suspensão. A presidente ressalta que foi solicitada a presença de diretores da Energisa na presente
33 reunião, que nesta manhã participou da Webinar, com MME, ONS, CCEE, foram quase duas horas,
34 com mais de 700 participantes e as notícias não são boas. “Vamos passar por uma revisão
35 extraordinária, mas temos considerações feitas dos valores que já estão dentro da tarifa. Temos as
36 externalidades, em razão da Covid-19 e questões que já são compromissos da tarifa e uma delas,
37 linkada pelo Sr. André Pepitone, que é a dolarização de Itaipu que nos afeta, considerando que a R\$
38 4,5 já teriam 2,5% e a R\$ 5,00 são 4% de reajuste e a R\$ 5,5 subiríamos a 5,45%, sendo possível
39 chegar aos R\$ 6,00, com impacto de 7%”. Alegou que a Aneel continua raspando o tacho dos encargos
40 e reconhece o que o Concen questiona recorrentemente, que é o aumento considerável nos recursos
41 para fiscalização, somente o que estava para superávit primário, referente a P&D e recursos da Aneel
42 são R\$ 1,4 bilhão, considerando parcela da Aneel. “O Dussel que é mais técnico de nós que aqui
43 estamos sabe que vamos passar por isso. Primeiro temos notícia de que juiz concede a liminar, e

44 depois todas as tratativas que apontam no curto prazo revisão extraordinária e uma das demandas que
45 temos apresentado ao longo do tempo para a Aneel são as termelétricas cara que impactam nossa área
46 de concessão e a curto prazo tudo isso deve ser reajustado e há uma forte tendência de que de fato que
47 o PLS 232 se efetive e que haja uma reanálise da carga, essa foi a fala do ONS junto com a CCEE,
48 porque a previsão do nosso PIB é de queda de 5%”. Em relação à questão da liminar, continua a
49 presidente, questiona a secretaria se alguém da diretoria participa da reunião, para discussão do item
50 03 da pauta, 3 - 10 Minutos com a Direção da EMS Operação/Direção Geral para análise de cenário
51 frente a Pandemia e Tarifa Social; e passa ao item 02 - Retorno da Energisa acerca das contribuições
52 ao site "em engenharia" do Conselho; quanto à contratação da empresa que desenvolverá o site do
53 Concen, a TAG 3, questionando o Sr. Dian em que pé está o processo, uma vez que não há como
54 chamar o fornecedor para finalizar o site se as questões da contratação não estiverem realizadas a
55 contento. A Sra. Denise diz que o Sr. Paulo Roberto confirmou participação entre 16h e 16h20, mas
56 que precisaria confirmar porque há problemas afetando a rede A Sra. Rosimeire lembra que ontem,
57 29/04, a Sra. Cristiane (Agepan) reportou no grupo problemas com a internet e pergunta o que está
58 acontecendo com o sistema da Energisa e enfatiza que o papel do secretário, titular e suplente, é
59 importante em repassar aos conselheiros às informações que muitas vezes chegam pela mídia. A Sra
60 Denise disse que a TI informou que há alguma “anomalia” que impede o bom funcionamento de todo
61 o sistema, mas que trabalha em cima de equacionar, o problema. Que em princípio seria ação de
62 hacker. O Sr. Dian diz que no dia 29 o sistema sofreu o ataque e que a TI bloqueou algumas portas por
63 conta dessa detecção, por medida de segurança. “Não temos muitas informações detalhadas, mas até
64 descobrirmos como foi essa invasão, bloqueamos vários acessos. Lá na empresa estamos trabalhando
65 em contingência. Serviços essenciais de ligação e atendimento estão sendo realizados, mas medidas de
66 acessos pelo site foram bloqueados como medidas de segurança. Ainda não avaliamos o impacto”. A
67 presidente observa que é importante ter essa informação, poque ao ver a informação repassada pela
68 Sra. Cristiane se preocupou com os serviços e reportou à Keila, do Procon, mas não recebeu retorno.
69 Deixa registrado que, mesmo não sabendo ao fundo questões como essa, o Conselho precisa ser
70 informado antes da mídia, porque ele é procurado. “Vou falar não só como presidente, mas como
71 Procon, não precisa entrar em detalhe, mas é preciso mandar esses comunicados, especialmente ao
72 Procon Municipal que não tem o posto avançado da Energisa”. O Sr. Dian complementa que o
73 episódio foi no dia 29 e não se sabia se era uma indisponibilidade temporária ou não. A presidente
74 menciona participação de eventos do Instituto de Direito e a preocupação com a proteção de dados.
75 Soube que a Lei não entra em vigência este ano, somente ano que vem. Sr. Dian diz que há uma
76 consultoria avaliando todos os processos para garantir o cumprimento da Lei. Aproveitando o tema
77 sobre o site do CONCEN, sobre sugestões do Dussel, Dian pergunta se seria link em destaque para o site
78 do Concen. O conselheiro disse que uma das propostas é essa. Outra é que ao abrir quando quiser falar
79 com representante de cada categoria. Sr. Dian diz que não vê grandes problemas, só mudança de
80 layout já que segue padrão para todas as empresas do grupo. Rosimeire ressalta que na próxima
81 reunião ordinária já finaliza, que em um novo olhar considerou que o tom vermelho com laranja está
82 carregando e que prefere um visual “mais clean”, clareando um pouco, mas que esse ponto é de fácil
83 resolução. Lembra ao Sr. Dussel que na reunião anterior houve decisão de montar tudo fora do
84 ambiente da Energisa, que houve concessão sobre tratar como ambiente do coletivo e não SAC, com
85 direcionamento dos contatos aos conselheiros de cada classe. A presidente questiona, novamente,
86 sobre como está a contratação da TAG 3 e ressalta que entra para o segundo ano em dívida com o

87 consultor Ricardo Vidinich. “Acho que não tem porque procurar culpados e sim acertar. Fico chateada
88 porque tenho solicitado trabalho, inclusive um dos assuntos é a demanda contratada”, observa,
89 acrescentando que gostaria de falar com Sr. Paulo Roberto e Sr. Marcelo Vinhaes, pelo menos em
90 relação aos consumidores de Dourados, quanto à demanda contratada. Que o Sr. Efrain esclareceu que
91 o tema tem consulta pública específica, que o processo foi para pauta na Redir de terça-feira. “Enfim,
92 achávamos que tinha um deslinde, o nosso consultor entrou falando pela Copel, não colocamos logo
93 do Concen porque não houve tempo hábil de os conselheiros serem consultados, mas me senti
94 representada, quando teceu ideias sobre flexibilização da REN 4141 no que tange ao prazo para
95 solicitação de redução de demanda (atualmente 90 dias)”. Na reunião, ficou evidente que Aneel estava
96 entendendo que a COVID é uma externalidade, mas que não está afeita ao setor elétrico, o tema foi
97 para votação, os diretores ponderaram e foi pedida vista ao processo. Hoje, quando tratava do assunto
98 na Webnar do Canal Energia, foi informado que a análise do tema será aprofundada para, então,
99 construir uma proposta de entendimento. “Essa proposta é sempre assim, um pouco o consumidor vai
100 pagar a conta”. O Sr. Erivaldo enfatiza a necessidade de regularização do Sr. Ricardo Vidinich,
101 enaltecendo a posição que ele traz para o Concen, acrescentando e facilitando a visão de um setor
102 extremamente complexo. A presidente observa que com essa nova modalidade de tratativa, quando
103 serão retomadas as reuniões presenciais, o Conselho poderá experimentar esses aplicativos que
104 aproximam e possibilitam o contato mesmo que à distância. Sugere que todos escutem a Webnar que
105 são duas horas importantes para o entendimento de que tudo está sendo pago com recurso que já havia.
106 Sobre a contratação do Sr. Ricardo, a Sra Denise explica que o processo é feito por Cataguases e que
107 foram encaminhados vários e-mails e que uma parte que deve ser concluída e finalizada, mas que o
108 consultor não finalizou, de sua parte, em tempo hábil e expirou, sendo necessário recomeçar para
109 avisar quando chegar esse e-mail. Que na próxima segunda-feira a intenção é recomeçar e acompanhar
110 de perto para que não haja contratemos. O Sr. Ricardo entra na reunião. Voltando à questão do
111 cadastro, a presidente solicita que a secretaria acompanhe o Sr. Ricardo no processo, observa também
112 que é necessário dar andamento à contratação da TAG 3, que não vai concluir o site até que isso ocorra
113 e observa situação relatada pela fornecedora Sr. Fernanda, jornalista, que foi informada via e-mail de
114 que seu cadastro estava expirado e, ao providenciar os documentos solicitados por Cataguases, teve o
115 cadastro reprovado. A Sra. Denise se compromete a dar um retorno tanto quanto a este caso quanto da
116 TAG 3 na segunda-feira, dia 04. Enquanto se mantém reunião virtual solicita a todos que enviem
117 arquivos ou extratos da normalidade via e-mail. 4 - ICMS - Consulta Pública; Passa a palavra o Sr.
118 Ricardo, trazendo a questão da consulta pública sobre cobrança do ICMS. O Sr. Ricardo ressalta que
119 há muitos assuntos em andamento, discussões centradas em resolver questões de inadimplência e
120 queda de mercado, dois fatores que preocupam Aneel, porque ela se foca na preservação de contratos.
121 “E tenho colocado muitas vezes que todos têm de participar do problema. Hoje, a maioria das pessoas
122 está em casa, sem condições de ganhar nenhum centavo. O que tenho dito é a questão da remuneração
123 do capital investido que é onde existe o lucro e alguma coisa tem de ser cedida. Essa é a minha posição
124 e tenho defendido junto à Aneel em todos os eventos. Não é possível que os consumidores tenham de
125 parar suas casas, comércio, ficar em casa, muita gente que não tem mais renda e resolver um problema
126 que é mundial e estranho a todos, então a distribuidora tem de contribuir sim, a geradora e
127 transmissora. Estamos em uma situação que não dá para cumprir contratos. Estão tentando raspar
128 fundos, mas não vi ninguém falando vamos cortar um pouco de nossa carne”. A presidente ressalta que
129 estão todos preocupados e dados consolidados do GSF repassados pela reunião demonstram queda de

130 18% no ACL e 12% no ACR. “Sempre debatemos as termelétricas caras e eles vão retirar e a proposta
131 é que possam se transformar em gás”. Diante do deferimento, a argumentação é que com a queda da
132 Taxa Selic de 11,25% a 3,25%, o consumidor não vai pagar tanto, o que o Sr. Ricardo observa como
133 sendo absurdo. Voltando à realidade da EMS, a presidente ressalta que o Concen apresentou o recurso,
134 que pode, inclusive, refazer e protocolar novamente já que os prazos estão suspensos até 31/05. “Existe
135 possibilidade de reduzir para 4% será tudo uma canetada e vamos pagar tudo isso mais para a frente”.
136 O Sr. Ricardo responde que uma análise primeira esses três meses que foram diferidos terão custos aos
137 consumidores, o que se discute é que se recalculados estes custos equivalem ao risco hidrológico,
138 sendo que, em caso de encontro de contas, a diferença da não aplicação do reajuste não deveria ser
139 paga. O que se pediu foi índice de 4,6%, evidenciando que o dimensionamento do risco hidrológico
140 frente aos patamares hoje, os mais altos níveis de armazenamento dos últimos cinco anos e carga caiu.
141 “Ou recalcula esses valores, não é aceitável um custo desse sem justificativa clara”. O Sr. Ricardo
142 Vidinich inicia, então, apresentação, em tela, focando a remuneração das distribuidoras, onde vê a
143 contribuição necessária do setor. Segue para o cronograma de audiências, enfatiza a desconstrução de
144 energia em Rondônia, de termelétrica cara, passando a usar de outras distribuidoras do grupo. “Então,
145 possivelmente, a EMT vai vender a Rondônia uma energia mais barata”. Modelo que pode ser usado
146 em outras situações. Quanto à consulta sobre crédito de ICMS, observou que há quatro respostas a
147 serem dadas à consulta da Aneel: 1) como fazer isso, 2) se as distribuidoras devem ter incentivos para
148 fazer isso, 3) se os custos advocatícios devem ser pagos ou não, 4) em quanto tempo devolver e como
149 devolver (neste último caso problema da distribuidora, observou o consultor). Observa que sobra
150 dinheiro na conta das bandeiras tarifárias, por isso foi colocada a discussão em consulta pública. Mais
151 de 125 mil Gwh de energia armazenada nos reservatórios em 28/04, somando todos os reservatórios de
152 hidrelétrica do Brasil, maior dos últimos seis anos, inclusive, o Nordeste com 90% de sua capacidade.
153 O impacto de redução de demanda é previsto para acontecer até 2024 e PLD baixo que prejudica quem
154 tem sobra de energia. Sr. Dussel intervém lembrando que não há quem comprar essa energia. Observa
155 que a classe industrial defende o faturamento pela energia medida e não contratada. O Sr. Ricardo
156 ressalta que o artigo 63 da REN 414 regula a contratação da demanda e prevê a redução da demanda
157 contratada, mas que a defesa foi de que o prazo seria reduzido. Sr. Dussel observa que esse é um
158 momento de pandemia. Os diretores da Aneel, durante reunião de diretoria para tratar das questões
159 afetas aos impactos da COVID, justificaram que iriam manter balizado em decreto de 1968, mas
160 vieram outras normas supervenientes que flexibilizaram o decreto, observou o Sr. Ricardo. A
161 presidente lembra que o diretor Sandoval disse que estudo está certo dentro do setor e argumentou não
162 querer puxar externalidade para o setor, elencando uma série de políticas públicas adotadas pelo
163 governo federal. “Mas que temos que sempre lembrar é que o diferimento será pago depois,
164 flexibilização é não cobrar agora, mas cobrar depois”. Neste momento, a Sra. Rosimeire informa os
165 conselheiros de que foi alertada pela Sr. Denise de que o Sr. Paulo Roberto não poderá participar da
166 presente reunião, mas que o Sr. Elier estaria disponível, os conselheiros convergem que seria melhor
167 que o diretor participasse para explicar, diante dos desafios apresentados no momento. “O momento é
168 muito difícil, principalmente para a classe comercial. Estamos desempenhando um papel dúbio, na
169 última apresentação vimos que mais de 95% em nossa área de concessão eram residenciais e, mesmo
170 assim, represento comércio, Dussel a Indústria, Eliamar a classe rural e o setor produtivo precisa dessa
171 ajuda. Não adianta nada a gente ajudar o baixa renda, como apelo pela não suspensão por 90 dias. Não
172 podemos beneficiar uma classe em detrimento da outra e demoramos muito com a despoluição das

173 tarifas com subsídios, não conseguimos reverter esse processo. Continuo pensando que o MME tem
174 técnicos para pensar saídas que não onerem os demais”. O Sr. Erivaldo sugere reunião com o diretor
175 para outra semana, passando a próxima. Volta à apresentação do Sr. Ricardo e defende que, no dia
176 em que o assunto voltar à pauta, é preciso estar atento para participar. Ele enfatiza que a norma vigente
177 já prevê redução da demanda, com antecipação de 90 dias e ninguém sabia que o vírus iria chegar que,
178 impondo a quarentena. “Outra questão que coloquei é que o aumento de carga pode ser avisado em até
179 30 dias. Então esse direito o consumidor já tem e se olhar em outros parágrafos agricultura que tem
180 sazonalidade pode contratar demanda sazonal, em função das chuvas. Eu diria, assim, se não aceitarem
181 os consumidores já estão entrando com ação na justiça e fatalmente os juízes dirão que se já é previsto
182 na normal, qual seria o problema de alegar fator superveniente e dar ganho de causa?”. O Sr. Dian
183 observa que acompanhou a reunião e que há obras de infraestrutura feitas para uso do fio,
184 especialmente para clientes mais novos e que deve-se observar esses investimentos. O Dr. Ricardo
185 disse que quando se fala em participação financeira não está no mérito da questão. O Sr. Dussel
186 intervém e diz que na verdade o que se discute é faturar pelo consumo durante a pandemia e, neste
187 caso sinalizado pelo Sr. Dian, a participação pode ser jogada para frente, mas que o problema tem de
188 ser reduzido de imediato. Defende que todos têm de dar sua parte neste momento, não que vá fazer
189 renúncia, mas que receba para frente, “se apertar o nó vai sufocar o comércio e a indústria”. O Sr. Dian
190 diz que há interesse em negociar, mas Aneel tem de dar essa sinalização, até onde sei foi o pleito da
191 Abradee. A Sra. Rosimeire diz que a Abradee pediu diferimento e que é preciso continuar
192 acompanhando e participando do processo, olhando os segmentos, mas que outros não podem pagar
193 essa conta. O que se discute é a redução de R\$ 1 bilhão na receita, que ficariam para o grupo A no
194 diferimento ou dividir na próxima tarifa. O Sr. Dian questiona o que a Aneel pode propor. Com quatro
195 votos para manter como está, para mudar será difícil, o Sr. Pepitone terá de trazer novos argumentos,
196 principalmente da parte jurídica. A presidente lembra que o procurador já iniciou a fala, na audiência,
197 alegando que não aceitaria a força maior, uma vez que atinge também os entes do setor elétrico, porém
198 que CDC prevê ser direito básico do consumidor ter situação revista por fato superveniente. Fala de
199 ação da deputada professora Rosi, prevendo que a não aplicação do reajuste vá até setembro, mas sem
200 prever a fonte do recurso para tal. “Mas acredita que o pedido de vista dá indicativo de algum deslinde
201 e espera que não traga mais um ônus ao residencial que é a classe que menos entende da fatura”. Segue
202 para a pauta o tema “ICMS” e perguntas. A principal dúvida paira sobre como dará e devolução e de
203 que maneira será operacionalizado. A presidente observa que se for devolver no pulverizado “as coisas
204 vão se perder”. Os conselheiros convergem em cobrar da diretoria da EMS, em reunião na próxima
205 semana, os números relacionados à devolução na área de concessão. A ponderação é: receber centavos
206 que não farão diferença ou compensar em um grande grupo. O Sr. Dussel propõe que até lá cada um
207 coloque suas propostas em discussão no grupo do Whatsapp. O Sr. Ricardo lembra os conselheiros de
208 que a devolução dos valores cobrados pelo ICMS inidente sobre PIS e Cofins já é assunto pacificado
209 no judiciário, o que a Aneel está consultando a sociedade é como vai devolver, se em moeda ou kWh,
210 se é individual, prazo, se vai para a conta CDE. “É importante que a gente de manifeste porque fomos
211 talhados para isso”. Observa que o prazo final para contribuições é 15/05. Sem mais a ser tratado,
212 deseja um bom descanso a todos e encerra reunião.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN

Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br